

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 4

**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**



Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 4) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-554-9 DOI 10.22533/at.ed.549192108 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DO GCEE - GRUPO CATARATAS DE EFICIENCIA ENERGÉTICA NA FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA NA UNIOESTE-FOZ DO IGUAÇU	
Elidio de Carvalho Lobão Waldimir Batista Machado Matheus Tomé Albano Guimarães Eduardo Camilo Marques de Andrade Emmanuel Rubel do Prado Laercio Malacarne Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5491921081	
CAPÍTULO 2	8
A MONITORIA COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO ENSINO-APRENDIZAGEM EM FISIOLOGIA HUMANA	
Rita de Cássia da Silveira e Sá Emmanuel Veríssimo de Araújo Rachel Linka Beniz Gouveia	
DOI 10.22533/at.ed.5491921082	
CAPÍTULO 3	16
A PERENIDADE DOS GREGOS NA DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS	
Arthur Barboza Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5491921083	
CAPÍTULO 4	24
A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO OMNILATERAL A PARTIR DA RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA	
Maria Judivanda da Cunha Bernardino Galdino de Senna Neto Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.5491921084	
CAPÍTULO 5	32
A RESISTÊNCIA CONTRA A INTENSIFICAÇÃO NO PROCESSO DE ESPOLIAÇÃO TERRITORIAL DOS POVOS KAIOWA E GUARANI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Junia Fior Santos Marlene Gomes Leite	
DOI 10.22533/at.ed.5491921085	
CAPÍTULO 6	42
DETERMINAÇÃO DOS TEORES DE MINERAIS EM AMOSTRAS DE CATCHUP E MAIONESE POR FOTOMETRIA DE EMISSÃO ATÔMICA COM CHAMA	
Lidiane Gonçalves da Silva Allan Nilson de Sousa Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.5491921086	

CAPÍTULO 7	50
ESTUDANTES DE PEDAGOGIA E A PROVA BRASIL: DESCRITORES E ITENS DE ESPAÇO E FORMA	
Amanda Barbosa da Silva	
Ana Paula Nunes Braz Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.5491921087	
CAPÍTULO 8	62
ESTUDO DA CONTRIBUIÇÃO DA MONITORIA PARA O ALUNO DE ENGENHARIA – METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	
Humberto Dias de Almeida Filho	
Hanna Luara Costa Martins	
Pedro Henrique Medeiros Nicácio	
Amanda Maria Cunha Severo	
Lílian Mychelle Fernandes Falcão	
Gabriely Medeiros de Souza Falcão	
Sheila Alves Bezerra da Costa Rêgo	
DOI 10.22533/at.ed.5491921088	
CAPÍTULO 9	69
LDBEN Nº 9394/96: CONHECIMENTO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Simone Regina Santos Oliveira Pedrosa Soares	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.5491921089	
CAPÍTULO 10	82
MÚLTIPLAS LINGUAGENS COMO METODOLOGIA PARA PENSAR O TEMPO E O ESPAÇO: O PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS	
Camila Silva Pinho	
Rosângela Veiga Júlio Ferreira	
Andreia Cristina Teixeira Tocantins	
DOI 10.22533/at.ed.54919210810	
CAPÍTULO 11	99
O BRINQUEDO EDUCATIVO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
Maria Cristina Delmondes Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.54919210811	
CAPÍTULO 12	110
O ENSINO DA SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA <i>TRIPLE BOTTON LINE</i>	
Luiz Carlos Danesi	
Paulo Fossatti	
DOI 10.22533/at.ed.54919210812	
CAPÍTULO 13	121
O ENSINO DE CIÊNCIAS NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Laudileire Cristaldo Chaves	
Ivanete Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.54919210813	

CAPÍTULO 14	132
O PEDAGOGO NAS UNIVERSIDADES CORPORATIVAS	
Bianca Brandão Aracaqui	
Sônia Regina Basili Amoroso	
DOI 10.22533/at.ed.54919210814	
CAPÍTULO 15	146
O REPENSAR DA PRÁXIS DOCENTE: A QUALIDADE DO ENSINO PROVENIENTE DE METODOLOGIAS AUTORREFLEXIVAS EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Joseany Sebastiana da Silva Moreira	
Edson Gomes Evangelista	
Geison Jader Mello	
DOI 10.22533/at.ed.54919210815	
CAPÍTULO 16	155
O USO DA LITERATURA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Vanessa Luciano Brito	
Tatiane Vilella Mascarenhas	
Ana Margarete Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54919210816	
CAPÍTULO 17	164
O USO DE ANIMES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA EXPERIÊNCIA COM A FRANQUIA POKÉMON E O ENSINO DE BIOLOGIA	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
DOI 10.22533/at.ed.54919210817	
CAPÍTULO 18	173
OS DILEMAS DA FORMAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	
Nildo Viana	
DOI 10.22533/at.ed.54919210818	
CAPÍTULO 19	184
PET PEDAGOGIA 20 ANOS: HISTÓRIA E MEMÓRIA	
Sheila Maria Rosin	
Antonio Carlos Andrade Gonçalves	
Carla Cerqueira Romano	
Débora Patrícia Oliveira Ribeiro	
Eduarda Miriani Stabile	
Emanuely Lívia Loubach Rocha	
Evilásio Paulo Novais Junior	
Karoline Batista dos Santos	
Luana Aparecida Depieri	
Manoela Schulter de Souza	
Maria Carolina Miesse	
Mariana Selini Bortolo	
Rayssa da Silva Castro	
Shara da Silva Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.54919210819	

CAPÍTULO 20	193
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	
Danielle de Farias T. Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.54919210820	
CAPÍTULO 21	207
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO ESTADO DO PARANÁ: O NECESSÁRIO ENUNCIADO DAS ASSISTÊNCIAS RESSOCIALIZADORAS	
Marta Cossetin Costa	
Ireni Marilene Zago Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.54919210821	
CAPÍTULO 22	219
POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA OS SUJEITOS DO CAMPO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	
Silvana Cassia Hoeller	
Maurício Cesar Vitória Fagundes	
Roberto Gonçalves Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.54919210822	
CAPÍTULO 23	231
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA NO BRASIL: O CASO DO PROEJA NO IFRN-CAMPUS IPANGUAÇU E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	
José Moisés Nunes da Silva	
Maria Aparecida dos Santos Ferreira	
Ana Lúcia Pascoal Diniz	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.54919210823	
CAPÍTULO 24	246
PROBLEM-BASED LEARNING: A EDUCATION RESEARCH OF TECHNOLOGY UNDERGRADUATE COURSE IN ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AT THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL	
Samir Cristino de Souza	
Luis Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.54919210824	
CAPÍTULO 25	259
PROFISSIONAIS DO MERCADO: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS DE BELÉM DO PARÁ	
Edson Paiva Soares Neto	
Andréa Bittencourt Pires Chaves	
Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.54919210825	
CAPÍTULO 26	264
PROJETO DE EMPODERAMENTO DISCENTE - CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA JÚNIOR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO PROFISSIONALIZANTE	
Sirlei Rodrigues do Nascimento	
Celi Langhi	
DOI 10.22533/at.ed.54919210826	

CAPÍTULO 27	275
PROJETO DE ENSINO EM MATEMÁTICA E SUA EFICÁCIA NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM EDIFICAÇÕES	
Adriana Stefanello Somavilla	
Andrea Márcia Legnani	
Carla Renata Garcia Xavier da Silva	
Derli Francisco Morales	
Viviane de Souza Lemmert	
DOI 10.22533/at.ed.54919210827	
CAPÍTULO 28	288
PROJETO EDUCATIVO DE SENSIBILIZAÇÃO NO PARQUE APIUCOS MAXIMIANO CAMPOS – RECIFE/PE	
Vivianne Lúcia Bormann de Souza	
Bárbara Emmanuella Santos de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.54919210828	
CAPÍTULO 29	298
PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS DOS BEBÊS PROTAGONISTAS	
Fernanda Aparecida Varraschin	
Gisele Brandelero Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.54919210829	
CAPÍTULO 30	310
TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO: UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIDO POR CRIANÇAS PROTAGONISTAS	
Daniele Pires Dias	
Gisele Brandelero Camargo	
Maria Cristina Starcke	
DOI 10.22533/at.ed.54919210830	
CAPÍTULO 31	323
GESTÃO DO CONHECIMENTO PESSOAL E <i>COACHING</i> NO CONTEXTO ACADÊMICO: POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO	
Leonardo Fernandes Souto	
Américo da Costa Ramos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.54919210831	
CAPÍTULO 32	335
TRANSDISCIPLINAR, EU? ONDE SE APRENDE ISSO? NOTIFICAÇÕES E COMPARTILHAMENTOS DA ASSIMETRIA ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA PROFISSIONAL EMANCIPADORA	
Dilmar Xavier da Paixão	
DOI 10.22533/at.ed.54919210832	
CAPÍTULO 33	347
UMA DISCUSSÃO SOBRE OS MÉTODOS CIENTÍFICOS EM PESQUISAS EDUCACIONAIS	
Cassiano Scott Puhl	
DOI 10.22533/at.ed.54919210833	
SOBRE OS ORGANIZADORES	367
ÍNDICE REMISSIVO	368

LDBEN Nº 9394/96: CONHECIMENTO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Simone Regina Santos Oliveira Pedrosa Soares

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu – FACIG
Igarassu, Pernambuco

Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu – FACIG
Igarassu, Pernambuco

RESUMO: O presente trabalho traz uma discussão sobre o conhecimento de docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Abreu e Lima - PE acerca da LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, com o intuito de investigar se os docentes que estão atuando no Ensino Fundamental, em Abreu e Lima, têm o conhecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e como esse conhecimento tem contribuído em sua prática em sala de aula. A pesquisa caracteriza-se como pesquisa de campo - descritiva com análise quantitativa e qualitativa. Foi realizada em escolas municipais de Abreu e Lima. Para a coleta de dados utilizamos um questionário, o qual possibilitou a análise dos resultados. Assim a pesquisa identificou que entre os docentes entrevistados poucos conhecem de fato a LDBEN, e que os que conhecem confirmam sua contribuição na

prática em sala de aula, ao serem atendidas as determinações por ela estabelecidas como formação continuada, reconhecimento da profissão, autonomia para professor e escola, entre outros. O conhecimento dos docentes quanto a LDBEN pode contribuir para a prática docente, escola e sociedade, uma vez que a lei é responsável pela administração e manutenção da educação do país.

PALAVRAS-CHAVE: LDBEN. Conhecimento. Prática Docente. Ensino Fundamental.

LDBEN Nº 9394/96: KNOWLEDGE
TEACHERS IN YEARS EDUCATION
EDUCATION INITIAL MANDATORY

ABSTRACT: This paper presents a discussion of the knowledge of teachers in the early years of elementary school in Abreu e Lima - PE about LDBEN- Law of Guidelines and Bases of National Education Nº 9.394 / 96, in order to investigate whether the teachers who are acting in elementary school in Abreu e Lima, have knowledge of the Law of Directives and Bases of National Education and how this knowledge has contributed in their practice in the classroom. The research is characterized as a field - descriptive research with quantitative and qualitative analysis. It was held in municipal schools in Abreu e Lima. To collect data we

used a questionnaire, which allowed the analysis of the results. So the research found that among the few interviewed teachers know indeed LDBEN, and that those who know confirm their contribution to practice in the classroom, to be met determinations established by it as continuing education, recognition of the profession, autonomy for teacher and school, among others. The knowledge of teachers as LDBEN can contribute to the teaching practice, school and society, since the law is responsible for the management and maintenance of the country's education.

KEYWORDS: LDBEN. Knowledge. Teaching practice. Elementary School.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos as sociedades se desenvolveram fundamentadas principalmente no progresso científico, industrial e tecnológico. Neste processo o elemento fundamental tem sido o conhecimento. Cortella (2011, p. 39) enfatiza que “O bem imprescindível para nossa existência é o conhecimento, dado que ele, por se constituir em entendimento, averiguação e interpretação sobre a realidade, é o que nos guia como ferramenta central para nela intervir [...]”. Compreendemos assim, que o conhecimento interfere nas ações dos indivíduos podendo causar situações relacionadas ao seu modo de vida, em seu trabalho e no convívio social. Neste sentido, a presente pesquisa traz em seu contexto reflexões acerca do conhecimento de docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental da cidade de Abreu e Lima - PE quanto ao conhecimento acerca da LDBEN - Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96 e sua contribuição na prática em sala de aula.

O interesse por essa temática emergiu a partir de reflexões sobre o contexto educacional, quando se tem observado que o docente em sua prática em sala aula, por vezes, enfrenta problemas de diferentes ordens, que podem estar relacionados ao descumprimento e aplicabilidade da legislação que rege a educação do país, por falta de conhecimento da LDBEN e outras legislações relacionadas à educação. Neste sentido, consideramos a hipótese de que o conhecimento, acerca da LDBEN, pode contribuir para a prática docente em sala de aula no sentido de assegurar um bom desenvolvimento.

Para tanto, foi estabelecido como objetivo geral para a pesquisa investigar se os docentes que estão atuando nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em Abreu e Lima, têm o conhecimento da LDBEN, e como esse conhecimento tem contribuído em sua prática em sala de aula. Como objetivos específicos foi pretensão: estudar o que é a LDBEN, quando e como surgiu e qual a sua finalidade; verificar se os docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Abreu e Lima conhecem a LDBEN; identificar que conhecimento têm os docentes acerca da LDBEN e analisar que contribuições tem o conhecimento da LDBEN para a prática do docente em sala de aula. Esperamos que as reflexões aqui contidas possam contribuir, despertando para a conscientização dos sujeitos da educação, quanto à importância do conhecimento,

sobretudo da LDBEN para o pleno desenvolvimento educacional.

2 | ETIMOLOGIA DO CONHECIMENTO: DIFERENTES ABORDAGENS

Ao discorrer sobre o tema em estudo, com o objetivo de se obter uma melhor compreensão a respeito do objeto de pesquisa, é interessante inicialmente uma breve abordagem quanto à importância de se conhecer os conceitos das palavras envolvidas no trabalho de pesquisa. Neste sentido, trazemos aqui a diferenciação dos vocábulos por entendermos que possibilitam maior clareza do objeto em estudo. Referente a este contexto, Minayo (2012, p.19) enfatiza que:

Os termos mais importantes de um discurso científico são os conceitos. Conceitos são vocábulos ou expressões carregadas de sentido, em torno dos quais existe muita história e muita ação social. Por exemplo, o conceito de mudança: ele não é apenas uma palavra. Nele se encontra muita teoria, muitas representações da realidade, muita posição e muita história. [...] Em seu espaço cognitivo, o conceito é delimitador e focalizador do tema em estudo.

Em consonância com a afirmação da autora mencionada, ao se realizar uma abordagem do conceito do objeto de estudo da presente pesquisa – o conhecimento, a partir da análise do conceito etimológico, e de outros conceitos no olhar de diferentes autores que se debruçaram refletindo sobre esse tema, será possível um melhor entendimento do objeto em estudo como da pesquisa. Assim, prosseguindo com a abordagem quanto ao conceito de conhecimento, vejamos o que diz Resende e Bianchete (2014, p.69) “ A palavra conhecimento provém do latim *cognitio*, que significa conhecimento através do estudo, investigação, e *cognoscere*, o mesmo que luz, ou dar a luz, gerar, dar origem”.

Ainda sobre o significado e sentido do que é conhecimento, Cortela, (2011, p.87), define conhecimento como sendo “ fruto da convenção, isto é, de acordos circunstanciais, que não necessariamente representam a única possibilidade de interpretação da realidade.” O conceito do autor citado leva a reflexão de que o conhecimento tem origem de vários fatores, logo em se tratando da sociedade, estará envolto pelos elementos das diferentes culturas.

A breve análise do conceito etimológico, e dos conceitos abordados pelos autores citados, comprova que há diferença entre os vocábulos. Assim, será possível uma melhor abordagem quanto ao objeto de estudo, analisando-o sobre diferentes contextos, contemplando no aprofundamento da pesquisa uma maior compreensão.

3 | O CONHECIMENTO COMO INSTRUMENTO PARA AÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

Desde a antiguidade, a forma do homem entender e agir no mundo se deu com o alvorecer do conhecimento, o que o levou a consecutivas transformações ao

longo de sua história. Nesse processo a ação é o fator primordial que possibilita o entendimento da realidade e sua possível transformação. Na visão de Luckesi (1991, p.47), a ação é compreendida como “elemento fundamental – é básico para que haja entendimento e o entendimento transformar – se em suporte poderoso da condução da ação.” Assim, se compreende o conhecimento de uma forma abrangente, não se limita apenas à compreensão da realidade, de uma teoria, mas, sobretudo, o exercício da ação, se tornando um modo de agir, de fazer e atuar na realidade.

Na sociedade, nos diferentes âmbitos sociais, as inovações ocorrem rapidamente. Nessa perspectiva, a produção do conhecimento evolui de maneira simultânea, entretanto, conseqüentemente por diversos fatores, políticos sociais, econômicos, entre outros, a detenção deste conhecimento não chega ao alcance de todos e, como conseqüência, o indivíduo torna-se um ser “alienado”, inerte frente às situações que determinam sua condição de ser e atuar na sociedade. Complementando, Luckesi (1991) tem a visão de que, quando não somos capazes de administrar nossos problemas, recorremos a outros capacitados e habilitados, que por vezes usufrui dessa situação. Não conhecer nossos direitos nos torna dependente, não perceber nossas capacidades de transformação nos leva ao comodismo social, nos tornando vítimas de nossas alienações.

A compreensão de que o conhecimento está reservado apenas para uma parte da sociedade, é reflexo de uma cultura predominante que prevalece desconhecendo a capacidade do homem de compreender e refletir. O conhecimento não é privilégio apenas para alguns Luckesi (1991, p.51) aponta que “O conhecimento é uma capacidade disponível a nós seres humanos para que processemos de forma mais adequada à vida”. Ainda neste sentido, o autor complementa que o conhecimento pode ser constituído em diferentes situações no dia a dia, como em situações complexas. Tal afirmação leva ao entendimento de que, o conhecimento está ao alcance de todos, entretanto, a reflexão acerca da realidade na prática cotidiana é o que possibilitará a aquisição de novos conhecimentos.

Neste processo, no sentido de garantir liberdade e autonomia, o homem deve lançar mão de seu instrumento maior que é conhecimento e dessa forma possibilitar a transformação de sua realidade. O homem ciente do mundo em sua volta pode atuar modificando-o e adequando-o conforme suas necessidades, entretanto, o domínio do conhecimento alcançou apenas uma parte da humanidade, o que ocasionou várias conseqüências como as desigualdades, a opressão, a alienação entre outros. Contudo, apesar do conhecimento ter se tornado exclusividade para muitos, não se limita apenas a uma parcela, uma vez que é inerente a todo ser humano. Assim, é preciso que o indivíduo reflita sobre o conhecimento, busque compreender sua realidade, e, através da ação e da prática, possa transformá-la.

4 | A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL COMO SUBSÍDIO PARA A PRÁTICA DOCENTE

A educação brasileira se organizou entre conflitos e muitas lutas, tornando-se um problema complexo de ordem nacional, até que fosse estabelecida a legislação para a educação. Craidy (1998) aponta que houve um grande envolvimento de toda sociedade durante oito anos, neste contexto a LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96 foi objeto de disputas acirradas que mobilizaram vários setores da sociedade civil incluindo associações de classe, igrejas, empresários, associação de dirigentes da educação, representantes do sistema público e privado de ensino e ainda órgãos oficiais responsáveis pela educação. Dessa forma, se compreende a importância da educação para a sociedade, logo, é preciso que a sociedade seja partícipe das transformações que nela ocorrem.

Assim, sendo a LDBEN a lei que rege a educação nacional, deve ser compreendida como o eixo central da educação, logo a escola é o principal ambiente no qual deve haver o conhecimento e comprometimento com a utilização deste instrumento, para a melhoria e adequação de suas necessidades, dos direitos dos indivíduos que ali se inserem, da prática docente e do ensino e aprendizagem.

Neste sentido, considerando o educador como agente principal e responsável pelo processo educativo, recai sobre sua prática as diversas questões relativas à educação, cabendo a ele conhecer e utilizar a LDBEN como subsídio em sua prática para que dessa forma possa obter melhorias no desenvolvimento dos educandos bem como em seu trabalho. Sobre este contexto Franco (2012, p.160), ressalta que:

O professor imbuído de sua responsabilidade social, aquele que se vincula, se compromete, se implica coletivamente no projeto pedagógico da escola, acredita que seu trabalho significa algo na vida dos alunos, esse professor tem uma prática docente pedagogicamente fundamentada. Ele insiste, busca, dialoga, mesmo que não tenha muitas condições institucionais para tal.

A LDBEN, apesar de ser um documento jurídico, é a representação das reivindicações apresentadas pela sociedade, no qual em seus artigos e incisos estão as diretrizes a serem cumpridas em âmbito educacional. Ao ser elaborada, a LDBEN contemplou a educação, e em se tratando do docente alguns pontos foram de grande relevância. De acordo com Craidy (1998, p. 31) o título VI - que trata dos profissionais da educação, descreve a valorização do profissional:

Título VI: Dos profissionais da Educação - Neste título fica estabelecido que a formação de docentes para a educação básica feita em nível superior, admitido o nível médio na modalidade Normal para os que atuarem nas quatro primeiras séries do ensino fundamental e na educação infantil. Fica reafirmado o ingresso exclusivamente por concurso, o direito ao aperfeiçoamento profissional cotidiano, o piso salarial, a progressão funcional e as condições adequadas de trabalho. As questões relativas a regulamentação dos planos de carreira do magistério serão objetos de legislações específicas, que deverão respeitar os princípios estabelecidos na LDB.

Ainda quanto ao docente, seguem outros artigos relacionados à sua valorização profissional, neste sentido Demo (1997, p.53), enfatiza que:

O capítulo sobre os profissionais da educação (at. 61 ss.) destaca ainda alguns pontos interessantes, como a “associação entre teoria e práticas” (art. 61.1), a valorização da “formação e experiências anteriores” (II), “prática de ensino no mínimo, trezentas horas” (art. 65), a possibilidade de aceitar o “notório saber”. Em substituição a títulos acadêmicos no magistério superior (art. 66, parágrafo único), e a “experiência docente” como pré-requisito para o exercício profissional (Art. 67, Parágrafo Único).

O título VI ao falar dos profissionais da educação refere-se a necessidade da formação docente para a sua atuação, assim compreende-se que a atuação docente não pode ser realizada de qualquer forma, mas sobretudo com conhecimento específico para o exercício da profissão. Ainda no título VI, a lei afirma os direitos dos profissionais da educação referentes ao aperfeiçoamento profissional, ao salário, as condições de trabalho e plano de carreira, e prossegue do Artigo 61 ao Artigo 67 relatando sobre experiências, a relação da teoria com a prática, e a experiência docente. Assim, estes artigos abrangem a valorização da prática a partir das experiências do docente, possibilitando ao docente a criação de novas práticas que contribuirão para o desenvolvimento de seu trabalho e as relações com a organização escolar, em sala de aula e com a clientela atendida.

Em se tratando do Título IV Artigo 12 os artigos que se seguem tratam da autonomia da escola. A escola terá a oportunidade de conduzir a administração de sua proposta pedagógica entre outras atribuições. Assim o artigo se apresenta da seguinte forma:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I. elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II. administrar seu pessoal e seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas -aulas estabelecidas;
- IV. velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- VI. prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VII. articular-se com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da Sociedade com a escola;
- VIII. informar os pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como a execução da proposta pedagógica da escola. (redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009).

Os incisos deste Artigo apresentam uma proposta de autonomia para a escola. Será responsabilidade da escola conduzir as determinações que nele se inserem. O

grande ganho para a escola e educadores foi a elaboração da proposta pedagógica, a qual envolve gestor, professor, pais, alunos e funcionários, observando o contexto cultural e adequando de acordo com a realidade escolar.

Assim, compreendendo que para uma boa prática é interessante pesquisa e conhecimento, a lei contempla o profissional neste sentido. Ainda pode-se observar que a lei favoreceu a autonomia da escola, o que representa um grande avanço uma vez que possibilitou a organização interna da escola, incluindo o docente, o aluno e demais membros. Conhecendo as dificuldades da escola, os objetivos da proposta pedagógica se tornam viáveis, possibilitando alcançar suas metas.

5 | A METODOLOGIA PARA A PESQUISA

Iniciamos a metodologia, por ser um elemento obrigatório para a pesquisa e de grande importância. Neste sentido, Martins Júnior (2009, p. 77) aponta que “a metodologia se constitui num elemento obrigatório nos projetos de pesquisa exploratória, descritiva e experimental, porque o pesquisador deverá descrever todos os passos utilizados na realização do estudo”. Dessa forma, a realização dos processos metodológicos dará embasamento para o pesquisador subsidiando seu trabalho.

A presente pesquisa desenvolvida foi do tipo pesquisa de campo, descritiva, com análise quantitativa e qualitativa. Como instrumento de coleta e formulação de dados optamos pela utilização do questionário. O uso do questionário foi interessante por nos permitir um melhor embasamento para a pesquisa. Os sujeitos participantes da pesquisa foram 25 docentes das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Assim, a pesquisa foi realizada em escolas municipais da cidade de Abreu e Lima - PE, região metropolitana da Zona Norte a 19 km do Recife – PE.

6 | ANÁLISE DA PESQUISA

Para uma melhor compreensão da pesquisa, os procedimentos para a transcrição dos dados, atenderam aos requisitos das análises qualitativa e quantitativa. Para tal, buscamos embasamento teórico no sentido de atender as análises. Neste sentido, Richardson (2008) enfatiza a importância do método quantitativo por representar uma margem de segurança, uma vez que busca garantir a precisão dos resultados quanto às inferências.

Quanto à pesquisa qualitativa, Richardson (2008, p.79) prossegue refletindo que “o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico com base de processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”. Neste sentido, prosseguimos com a pesquisa atendendo as normas dos métodos

em seu desenvolvimento.

A escolha por estes tipos de análises se deu pelo fato dos mesmos atenderem os objetivos da pesquisa e, por ser a análise qualitativa mais abrangente, houve a possibilidade de uma melhor compreensão tanto do objeto de estudo quanto do universo da pesquisa. Em se tratando da análise qualitativa, por ser objetiva, nos permitiu uma compreensão precisa sobre o tema em estudo. Os dados colhidos pelos questionários foram selecionados e catalogados, em seguida transcritos para as tabelas, em percentual, as perguntas foram respondidas à luz da interpretação das pesquisadoras, em consonância com as características da análise qualitativa. No decorrer da pesquisa, foram observados e colhidos alguns dados a partir de diálogos que foram de grande relevância, uma vez que serviram como embasamento para complementar as interpretações e conclusão.

A seguinte análise corresponde às perguntas complementares do questionário, nas quais foram levadas em consideração algumas falas dos questionados como complemento para a análise. Optamos, ainda, por identificar os docentes por (P), preservando assim suas identidades. Para uma melhor compreensão da discussão dos resultados, serão analisadas as respostas mais semelhantes.

2º Pergunta: Cite que conhecimentos tem da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional N° 9.394/96.

2º Pergunta: Cite que conhecimentos tem da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional N° 9.394/96.	3º Pergunta: Esses conhecimentos têm contribuído para sua prática em sala de aula? Como?
P 1 - No momento não lembro.	P 1 - Não respondido.
P 2- Não estudei, mas não lembro.	P 2 - Não respondido.
P 3 - Gostaria de lembrar, mas faz tempo que estudei.	P 3 - Não respondido.
P 4 - Foi feita para a educação.	P 4 - Não respondido.
P 5 - É a lei que está destinada à educação.	P 5 - Não respondido
P 6 - Não me lembro de muita coisa, mas sei que é responsável pela educação.	P 6 - Não respondido.
P 7 - Já faz um tempo que não faço uso dessa lei.	P 7- Não respondido.
P 8 - Que é a lei da educação.	P 8 - Sei que são muitas coisas, mas a principal é a formação para professor.
P 9 - É a lei da educação	P 9 - Não respondido.
P 10- Que é a lei da educação é responsável pela educação do país	P 10 - Sim a partir do momento em que a educação interfere em minha prática; direito á educação, inclusão social, formação para docentes.
P 11 - Não lembro em específico, mas é para resolver problemas da educação.	P 11 - Não respondido.
P 12 - Para resolver problemas da educação.	P 12 - Contribui na gestão da escola.
P 13 - Lembro pouco estudei para concurso.	P 13 - Acredito que para a inclusão.

P 14 - Não lembro.	P 14 - Não respondido.
P 15 - É a lei de toda a educação do Brasil, feita para escola e educadores.	P 15 - Na questão da verba, da merenda, da autonomia da escola.
P16 - Que foi criada para favorecer a educação	P16 - Não respondido
P 17 - Regulariza a educação	P 17 - Não respondido
P 18 - Regulamenta todas as ações pedagógicas	P 18 - De certa forma sim, porém muita coisa já se faz necessário mudar.
P 19 - É a lei destinada a atender a educação.	P 19 - Agora não sei associar, mas ajuda sim.
P 20 - Assegura a educação do Brasil, os investimentos, material didático.	P 20 - Sim. Uma vez que contribui quando direciona a educação quando deu autonomia as escolas para organizar o seu PPP, assim nossa prática acompanha os projetos da escola, valorizando nossos alunos, não só a aprendizagem, mas toda sua formação cidadã.
P 21 - É uma lei que regulamenta a educação do país foi sancionada em dezembro de 1996.	P 21 - Sim. A partir das formações, plano de carreira inclusão verba assegurada pela união, para os investimentos na escola, no aluno e em material didático.
P 22 - É para as nossas escolas que colabora na educação nacional e o direito na escola.	P 22 - Contribui para as famílias. Lembro que serve também para os professores.
P 23 - Administra a educação.	P 23 - Posso falar na garantia da merenda.
P 24 - Que é a lei que organiza a educação nacional, em seus títulos e artigos estão vários direitos e deveres, as obrigações dos estados e municípios entre outros.	P 24 - Sim. Quando é obedecida, quando o município se responsabiliza, em cumprir a lei, investindo no professor e no aluno, quando investe em materiais didáticos, fardamento, merenda, tudo isso contribui para minha prática.
P 25 - Destinada à educação.	P 25 - Na família, na escola.

Quadro 1. Perguntas e respostas. Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Analisando as respostas dos docentes: P1, P2, P3, P4, P7, P9, P11, P16 e P17, observamos que os mesmos desconhecem o contexto da LDBEN, não há um conhecimento específico quanto à lei. Essa constatação revela que há um distanciamento quanto à importância do conhecimento sobre a LDBEN para a prática docente.

Em relação aos docentes P5, P6, P8, P12, P13, P19, P22, P23 e P25 observa-se que há algumas informações, sobre a LDBEN. Em algum momento de sua formação, ou em sua prática, foi possível o contato com a mesma, entretanto, essas informações não podem ser consideradas como conhecimento, uma vez que o conhecimento, é a compreensão e reflexão da realidade ao qual está inserido, sobre este contexto Luckesi (2011, p.154), enfatiza que “O conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através da sua confrontação com essa mesma realidade.” Complementando, Machado (2004, p.123) aponta que, “Falar em informação, no entanto, ainda não é falar de conhecimento [...] A mera informação não conduz ao conhecimento”.

Analisando as respostas dos docentes P10, P15, P18, P20, P21 e P24, percebemos que há sim, de fato, um conhecimento sobre a LDBEN, e que o conhecimento quanto à lei contribui para a prática docente. Assim, relacionando a análises dos grupos de docentes descritos, podemos perceber que há uma quantidade elevada de docentes que não conhecem a LDBEN, uma vez que o conhecimento difere-se de informação. Entretanto, analisando o grupo, P10, P15, P18, P20, P21 e P24 observamos que há um conhecimento sobre a LDBEN, as respostas estão em consenso de que:

- “É a lei que regulamenta a educação Nacional, feita para as escolas e educadores, regulamenta as ações pedagógicas, materiais didáticos, entre outros.”
- “Em se tratando da contribuição para a prática docente, a lei contribui para a autonomia da escola, formação continuada para os professores, a inclusão social, assegura verbas destinadas a educação, para materiais didáticos, estes investimentos contribuem para a prática.”

Ainda no decorrer dos diálogos, pudemos ouvir dos docentes algumas questões de grande relevância:

- “A Lei de Diretrizes e Bases foi muito importante para a educação, mas é preciso sua valorização, ser mais discutida entre os professores e todos da escola”. (P- 24).
- “Só estudei essa lei para concurso, depois não vi mais”. (P-13).
- 1ª Pergunta: “No momento não lembro”.
- 2ª Pergunta: Não foi respondida. (P- 1)

A fala dos docentes confirma o pensamento de Pereira (2001, p.50) “O educador deve sentir necessidade de examinar sua prática educativa e, de buscar sempre sua atualização, exigindo espaços em níveis altos de qualificação.” Assim, podemos observar a necessidade de uma reflexão quanto à sua prática docente.

7 | RESULTADOS DA PESQUISA

A análise dos dados da pesquisa descritiva com análise qualitativa e quantitativa demonstrou que, em sua maioria, os professores entrevistados foram do 2º ano, com 32%. Quanto à formação dos docentes, todos os entrevistados são pós-graduados, entretanto há apenas quatro (4) mestras e uma (1) doutora. Observa-se, assim, que em relação à formação há um número relativamente pequeno de mestras e doutoras, a partir da fala de alguns docentes, que a falta de continuidade aos estudos se dá principalmente por questões financeiras e de trabalho.

Em relação às escolas campo de pesquisa, optamos em realizar a pesquisa nas escolas municipais ficando assim 100%, uma vez que o município disponibiliza de várias escolas de Ensino Fundamental séries iniciais, tornando-se, assim, viável para a realização da pesquisa. Em se tratando do sexo, os docentes entrevistados

foram 100% do sexo feminino. De acordo com as professoras “ainda há essa cultura das mulheres assumirem a educação”. Em relação à idade, as professoras estão com a faixa-etária acima de 38 anos, podendo ser considerada como uma idade relativamente adequada para atuar. No tocante às questões sobre a LDBEN, em relação ao conhecimento da LDBEN, 100% dos professores afirmam respostas positivas, entretanto ao avançarem para as questões seguintes as informações não condiziam com a primeira resposta. Como já citado anteriormente, o conhecimento não pode ser confundido com informação, há, então, certa contradição nessa questão. Após confrontarmos com as respostas seguintes verificou-se que apenas seis (6) professoras ou 24% das professoras alcançaram êxito nessa resposta.

Notocante a contribuição do conhecimento para a prática docente em sala de aula, As perguntas foram respondidas adequadamente, apenas por seis (6) professoras, ou seja, 24%. As demais informações foram negativas ou desconhecidas.

Neste sentido, com a pesquisa foi possível concluir que, em sua maioria, os docentes entrevistados não conhecem a LDBEN, em seu contexto geral. Entretanto, dos docentes questionados que conhecem a LDBEN, sua função na educação, e o seu contexto, concordam que a lei contribui sim para a prática docente a partir de suas determinações e do exercício na prática.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos objetivos deste trabalho, e os dados da pesquisa investigados, concluímos que não há conhecimento dos docentes dos anos iniciais do Ensino fundamental das escolas municipais de Abreu e Lima-PE. Percebemos que em alguns momentos, os docentes demonstraram possuir alguma informação, não sendo suficiente para contemplar as perguntas do questionário.

Em relação aos docentes que responderam as perguntas adequadamente, com propriedade e conhecimento, ao responderem os questionários confirmaram que a LDBEN contribui para a prática docente, ao determinar melhorias para os docentes como formação continuada, reconhecimento da profissão, concurso público, autonomia para professor e escola, entre outros. Concluímos assim, a importância do conhecimento da LDBEM para a prática docente.

Com a realização desta pesquisa, percebemos a partir de seus resultados a amplitude desta temática e como ela deve ser discutida em outros níveis da educação, sobretudo, com relevância nos cursos de formação de docentes, no tocante a necessidade de se aprofundar este assunto observando como a LDBEN é contextualizada no curso. E, nesta perspectiva, é importante considerar que o não conhecimento destes, quanto à LDBEN, pode estar atrelado a diversos contextos. Neste sentido, esta pesquisa abre possibilidades para futuras pesquisas, podendo contemplar o ensino superior, na formação docente com maior ênfase, tendo em

vista que o curso para professores abrange diferentes conteúdos com os quais se relacionam diretamente com a LDBEN, por se tratar de uma lei que traz diversos aspectos, inclusive orientações para que a educação se torne uma educação com consciência. Para tanto, um caminho possível e fundamental seria o conhecimento mais abrangente do contexto político e social no qual foi elaborada a LDBEN, compreendendo o envolvimento e a importância de toda sociedade neste processo, e sua importância para a educação e sociedade, cientes de que este processo deve ser contínuo haja vista que a lei se reestrutura de acordo com as necessidades educacionais, bem como contextualizar as disciplinas com base na análise e reflexões à luz da LDBEN. Compreendendo que esta lei permeia todo processo educacional.

Observando, também, a metodologia e instrumento de pesquisa, (questionário), percebemos que para uma pesquisa mais ampla, deve ser considerada a possibilidade de se introduzir também como instrumento para coleta de dados a técnica de observação. Dessa forma, será possível uma melhor compreensão e aprofundamento quanto à temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834- 27841.

BIANCHET, Sandra Braga; REZENDE, Antônio Martinez de. **Dicionário do Latim Essencial**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CRAIDY, Carmem Maria. **LDB: sua significação para a educação nacional**. *Pátio*, Porto Alegre, ano II, n. 05, mai/jul, p. 29-31, 1998.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

FRANCO, Maria Amélia. **Pedagoia e prática docente**. 1.Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Carlos Cipriano. *et al.* **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, José Nilson. **Conhecimento e Valor**. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. ed. 28. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PEREIRA, José Santos. **Pedagogia da diferença: crítica ao currículo da escola pública**. Recife. Ed. do Autor, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipan, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 15, 63, 99, 121, 130, 145, 257, 258, 264, 267, 298

Aprendizagem significativa crítica 121

Autoformação 173

B

Brincadeira 89, 94, 99

C

Capitalismo 31, 173, 183, 209

D

Desenvolvimento infantil 99

Dilemas 173

Discurso governamental sobre juventudes 193

E

Educação 2, 5, 12, 17, 24, 25, 31, 42, 49, 51, 54, 55, 56, 61, 69, 70, 73, 76, 80, 82, 83, 97, 98, 99, 108, 109, 110, 119, 121, 130, 132, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 144, 150, 164, 171, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 202, 204, 205, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 243, 244, 246, 259, 261, 263, 264, 269, 273, 274, 276, 278, 282, 286, 287, 297, 298, 299, 309, 310, 313, 317, 321, 322, 338, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 358, 365, 367

Educação ambiental 119

Educação em Tempo Integral 193, 199

Educação profissional 231

Educação Superior 110, 186, 188

Eficiência energética 1

Empresa júnior 264

Engajamento 259

Ensino-aprendizagem 8

Ensino da Sustentabilidade 110

Ensino de ciências 121, 130

Ensino e aprendizagem 155, 322

F

Fisiologia Humana 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Formação 25, 31, 99, 114, 139, 143, 144, 154, 155, 159, 173, 183, 185, 244, 259, 335, 344, 367

Formação docente 155, 159, 259, 335

I

Instituição de Ensino Superior Privadas 259

Instituições Comunitárias 110, 111, 117

M

Metodologias Pedagógicas 146

Monitoria 8, 63, 64, 68

Múltiplas linguagens 8, 82

O

Omnilateralidade 24

Orientações curriculares 121, 130

P

Pedagogia 31, 50, 53, 60, 81, 99, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 141, 143, 144, 148, 151, 153, 163, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 227, 244, 259, 298, 310, 311, 345

Políticas de Educação 207, 208, 216

Políticas de Saúde 207

PROEJA 10, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 244, 245, 278

Protagonismo infantil 311

R

Recurso Didático 8

S

Sociedade Contemporânea 173

T

Tecnologias de comunicação 311

Trabalho 24, 25, 31, 36, 41, 63, 66, 98, 144, 206, 211, 216, 217, 259, 263, 334

Trabalho científico 63

Trabalho docente 259

U

Universidades Corporativas 132, 133, 137, 138, 142, 144

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-554-9

